

# É hora de afirmação

As linhas gerais da política econômica do governo tiveram, desde a constituição do programa da Aliança Democrática, e continuam a ter, a aprovação da grande maioria da opinião pública e das diferentes classes sociais. Entretanto, não se pode negar que certas flutuações têm se manifestado, que certas contradições entre órgãos de área têm vindo a público.

O fato, em si, não pode ser considerado como anormal, numa sociedade pluralista isto acontece com frequência. Entretanto, a situação do Brasil é de crise, de crise grave apesar de termos todos os elementos para a sua superação. Isto coloca toda a sociedade a fixar as orientações do governo que são consideradas como fundamentais para a retomada do tão desejado progresso, do tão almejado crescimento.

A verdade é que o governo não poderá jamais, como entidade própria, superar a crise ou resolver, sozinho, os nossos problemas. Só a sociedade, como um todo, adotando comportamentos econômicos adequados pode tirar o País da crise e levá-lo de novo ao crescimento. Inegável é, entretanto, que o papel do governo é fundamental neste processo. É fundamental não só pela grande participação que tem em nosso processo produtivo como também por poder orientar ou regular o comportamento dos demais agentes econômicos.

Os resultados da política governamental dependem tanto do acerto das medidas que tomar como da credibilidade que obtiver na sociedade em geral e entre os agentes produtivos em particular. Não é

difícil adivinhar que os investidores potenciais só assumirão os riscos empresariais à medida em que acreditarem na política governamental. Não é menos verdade que os assalariados só limitarão suas reivindicações, a maioria justas, se acreditarem na eficácia das medidas adotadas pelo governo.

As flutuações que se têm verificado entre os mais altos funcionários do governo desempenham um papel negativo sobre a credibilidade da política adotada. Estas divergências são naturais entre especialistas, mas quando aparecem dentro de uma equipe governamental desorientam os diferentes agentes econômicos os deixando sem saber quais serão as orientações do governo. Levados à incerteza, os agentes se apegam a comportamentos defensivos que nem sempre, talvez, até pelo contrário, favorecem a retomada econômica desejada por todos.

O recente episódio que envolveu o ministro interino da Fazenda, Sebastião Marcos Vital, só vem ilustrar de forma mais nítida o que tem acontecido mesmo em escalões superiores. A medida adotada pelo presidente não pode ser considerada como tendo sido adotada contra a pessoa do ilustre funcionário, mas sim como uma tomada de posição pela coerência da equipe que o assessorava em domínio tão importante.

O fato do presidente ter tomado em suas mãos o cuidado para que sua equipe se manifeste coerentemente é de fundamental importância, pois indica que doravante a opinião pública terá uma única versão da política governamental.